



9º Simposio de Ensino de Graduação

ENSINO DE HISTÓRIA E AS VÁRIAS TESES SOBRE A REVOLTA DA VACINA

Autor(es)

ALLINE CRISTINA BASSO

Co-Autor(es)

LUCCAS ESCHER GUARASEMINI

Orientador(es)

VIRGINIA CAMILLOTI

1. Introdução

A Revolta da Vacina estendeu-se por vários dias entre os dias 5 a 18 de novembro, pelas ruas da Capital Federal, onde ocorreram quebra-quebras, assaltos, saques, tiroteios, feridos, mortos, destruição de bondes, construção de barricadas, mobilização das autoridades, culminando com a prisão de suspeitos de participação no movimento, atingindo o número de mais de 700 pessoas até o dia 23.

Em 31 de Outubro a lei de regulamentação para a vacina obrigatória é aprovada e essa regulamentação que desencadeou a revolta. Regulamentação era tão rígida abrangendo recém – nascidos até idosos, ameaçando com multas pesadas para quem não tomasse a vacina. O objetivo era uma campanha massiva, rápida sem quaisquer embaraços e fulminante.

Publicada a regulamentação, já no dia seguinte 10 novembro inicia-se agitações com fúria. No dia seguinte as agitações foram catalisadas pelo único órgão coordenado que tentava dirigir a turbulência da população revoltada, a Liga Contra a Vacina obrigatória, na qual a própria marca um comício no Lago de São Francisco de Paula, onde seus líderes não comparecem, então oradores populares começam a se destacar, proferindo discursos improvisados. O governo submerso no caos da desordem lançou mão de todos os recursos para a repreensão. Já que a policia não deu conta, chama-se o Exercito e a Marinha, não sendo suficiente, a situação tava tão ruim que teve que apelar para recursos extremos: determinou bombardeio de bairros e por ultimo a Guarda Nacional. Com isso o governo aos poucos, e com dificuldades, sufocou a insurreição.

Como explicar a Revolta? Como tudo começou?

2. Objetivos

O texto apresentado se refere a uma revisão de um trabalho iniciado por nós ao longo do curso de História em que estávamos interessados em entender a construção de diferentes saberes sobre um mesmo evento ou fato histórico. Passado algum tempo é nosso interesse rever este trabalho e discutir suas possibilidades no campo de ensino de história, uma vez que nossa prática dentro da sala de aula nos faz refletir sobre a importância de demonstrar como se articulam e se sustentam diferentes interpretações sobre um mesmo

fato. Exploramos aqui o tema da Revolta da vacina, um tema amplo e complexo de nossa história brasileira que muito é contemplado dentro das provas de vestibular, mas que no entanto na grade curricular proposta pelo estado fica um pouco esmagado por outros conteúdos.

3. Desenvolvimento

Enfrentadas com medidas emergenciais e paliativas, as epidemias assolavam a idéia de progresso. A varíola teve longa extensão no Brasil e sua presença desde o período colonial e começou a preocupar as autoridades desde a chegada de D. João VI em 1808.

MOTA (2007) sugere que

“instituições médicas e sanitárias foram criadas paralelamente a uma aparelhagem técnica e profissional, visando a medidas de intervenção social em larga extensão, tática aprofundada com a chegada da República logo em 1889” (p. 260).

Ela ocorre em um momento decisivo na transformação da sociedade brasileira. A constituição de uma sociedade predominantemente urbana e de forte teor burguês no início da fase republicana, resultado do enquadramento do Brasil no termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela revolução Científico- Tecnológica.

De fato ao longo da segunda metade do século XIX as questões referentes à saúde pública e ao sanitarismo entram em pauta das elites brasileiras. As epidemias eram vistas como ameaça ao desenvolvimento nacional, sendo interpretadas como um ‘drama urbano’.

Para MOTA (2007) a Revolta da Vacina é entendida como:

“Um levante, aparentemente paradoxal, se explica se entendermos a conjuntura vivida pelas populações em processo de urbanização na recente República brasileira, assim como pela história da política de saúde pública e sanitária do Brasil em tempos e espaços mais amplos” (p. 259).

De fato vários campos de análise são possibilitados por este tema. Problematizando o corpo, o filósofo Michel Foucault questiona pensando nas relações de poder que não se encontram somente na esfera estadual e econômica, mas também nos micro-poderes. Mostrou que, a partir de um determinado contexto histórico, no século XVIII, surgiram inúmeras regras e imposições ao corpo individual com o objetivo de efetivamente controlar o coletivo.

Ele entende que,

“Esse fenômeno histórico de biopoder, que teria se originado com o nascimento do capitalismo e sua necessidade de controlar as populações a partir de um conjunto de normas, ligadas aos processos econômicos, que procuraram socializar e otimizar as capacidades produtivas do ‘corpo social’. Ao longo tempo, esse biopoder criou técnicas de controle e atuou em instituições como o exército, a família, a polícia, a escola, a medicina, o governo entre outras” (DIWAN, 2007, p. 121).

De importância ímpar a Revolta da Vacina também permite explicar o papel decisivo das pesquisas científicas conduzidas por Oswaldo Cruz e sua equipe nos projetos dos governos republicanos do início do século XX, particularmente de Rodrigues Alves. A pesquisada FIGUEIRÔA nos mostra que Ciência e Tecnologia estão imbricadas, e considera fundamental lembrar que os cientistas são seres humanos, com imperfeições, dúvidas, desejos e esperanças “enredados em teias de relações das mais idealistas e utópicas, das mais profissionais às mais pessoais.” Para ela a história da Ciência e Tecnologia “revelam as relações complexas, necessárias e tantas vezes conflituosas entre os componentes técnicos, científicos, culturais, políticos, econômicos, individuais e sociais que as constroem” (FIGUEIRÔA, 2007, p. 160).

4. Resultado e Discussão

Para CARVALHO (1987), a questão era que grande parcela da população (80%) era considerada “inativa”, sem direito a participação política. Mas que, segundo o autor, apesar disso, preocupavam-se com a forma que os governantes trabalhavam e como isso afetava sua vida cotidiana. Várias medidas municipais são analisadas pelo autor seja a postura que tornou a vacina obrigatória para crianças de até 3 meses ou o decreto que estendeu a obrigatoriedade a todas as pessoas em todo o império. A novidade era que em 31 de outubro de 1903, a obrigatoriedade tornou-se lei novamente, com oposição de membros do Senado e da Câmara, que eram contra o Governo de Rodrigues Alves. Para impedir essa medida foram enviadas ao Congresso listas de assinaturas contra a obrigatoriedade, organizadas pelo Centro das Classes Operárias e Escola Militar, com quase 15 mil assinaturas.

Para ele uma das questões de maior controvérsia na lei era a de quem aplicaria a vacina, se médicos particulares ou do governo, pois, o texto da lei nada esclarecia e este respeito. Um outro problema moral era que uma cópia de um projeto de regulamento sobre esse tema, foi publicado em um jornal da época no qual mantinha-se a opção por médico particular, porém o atestado deveria ter firma reconhecida e seria exigido para tudo, desde matrículas em escolas, até casamentos. O projeto previa ainda multa para quem não fosse vacinado. De modo a regulamentar muitos âmbitos social dos indivíduos.

O autor afirma que não há documentos escritos, segundo os quais, se possam conhecer as razões da revolta. Afirma que há consenso

na historiografia de que os militares se preparavam para tomar de assalto o poder, e há consenso também, em relação aos líderes do movimento, os quais visavam acabar com a República oligárquica. Mas para CARVALHO (1987), tal apelo era abstrato demais para chamar a população às ruas.

A explicação mais cabível seria, então, a obrigatoriedade da vacina. As maiores queixas estavam entre a invasão das casas, a desocupação para a desinfecção e danos a utensílios das casas. Deve-se levar em conta o medo da injeção. Em relação ao povo, a revolta adquiriu um caráter moralista. Foi espalhada a idéia de estranhos adentrando as casas, ofendendo a honra da família, e Barbosa Lima levantou a hipótese de a vacina ser aplicada na coxa, próximo à virilha. Estatísticas mostram que a propaganda negativa de oradores e charges incutiu na população analfabeta a versão moralista da campanha.

Dessa forma, o Clássico estudo de CARVALHO aponta que,

“nesse contexto, para os líderes republicanos havia uma massa bestializada e incapaz de participação política, o que José Murilo rebate ponto em cena o ‘beliontra’, aquele que ironizava a imposição de uma ‘civildade’ e que estava pronto para se insurgir” (MOTA, 2007, p. 261).

Assim, as leis urbanas e morais de Oswaldo Cruz e do prefeito Pereira Passos foram determinantes para a revolta. Mas, todavia, sua responsabilidade foi deflagrada pela participação das associações organizadas operárias, conforme se encontra na postura moralista desses setores ante a vacinação.

Já para PEREIRA (2002), a revolta foi não pautada pela não participação política ou em valores morais, mas por princípios culturais, sendo a Revolta da Vacina uma Revolta da tradição cultural. Segundo o autor, o grande número de descendentes africanos e sua crença nos orixás, todo esse fator religioso interferiu nas formas como a sociedade se organizava e interpretava seu mundo, contrariando a medicina e os debates existentes no período. Ou seja quando um problema de saúde ocorria era natural que a procura por ajuda fosse no terreiro, onde suas próprias experiências se orientavam. E particularmente a varíola possuía um ritual já tradicional nesta cultura, por acreditarem que esse mal possuía um fundo sobrenatural, e somente por meio desse ritual a verdadeira cura se tornaria possível.

Quando o médico sanitarista Oswaldo Cruz apresenta uma proposta que se denominou de “Código Sanitário” que proibia as práticas de curandeiros no qual estavam inclusos desde o espiritismo científico até o candomblé, atividade que era exercida por um número significativo de pessoas, que se diziam ligadas a “arte médica”.

A população em geral acreditava que a vacina trazia graves riscos de contaminação; e que o ato representava uma violação do corpo feminino e da ordem familiar. Além disso, para a numerosa população de origem africana, a varíola tinha características sagradas, que a vacina profanava (p. 332).

Dessa forma fica mais fácil entender porque a vacina obteve tanta resistência e porque os manifestantes arriscavam a própria vida para contestar essa imposição. Portanto o fato da moralidade não se restringir ao ataque do próprio corpo, ou a um tipo de liberdade abstrata, e sim ao direito de exercer sua própria crença.

Por sua vez, percebendo que, as reformas urbanas eram empreendimentos significativos na época a tese de SEVCENKO (1993) relaciona a Revolta da Vacina com essas reformas. Se estendendo entre o Porto (visando melhorias e atrair de novo navios que não paravam mais por causa das epidemias) e Avenidas Centrais (visando melhor circulação de pessoas e de mercadorias), segundo SEVCENKO (1993), do papel que as demolições foi decisivo sendo chamada de “A ditadura Passos”, enquanto sintoma de repressão. É interessante perceber que os interesses comerciais, abalados pela estrutura da cidade, necessitavam de melhorias que seriam acometidas pela Reforma Urbana (conceito de “regeneração”), mas ainda havia o problema do foco endêmico. O autor mostra que nesse período seriam reformadas, modernizadas e ampliadas as instituições presidiárias, penitenciárias, manicômios e hospitais públicos. Sendo para o autor o grades que se somam as dos parques e jardins urbanos que se destinavam ao mesmo fim: conter, isolar, segregar. A Regeneração teria, conforme o autor, significado um processo tético de segregação, inculcado num prazo curtíssimo, de elevado custo social, humano e econômico, e intransigente em todos os seus aspectos. Seus responsáveis foram aumentando numa escala crescente a dose de opressão e humilhação infligida à população desamparada, como que testar o limite de sua resistência.

Como explicaria ARRUDA (2000):

“Conhecida como Revolta da Vacina, a rebelião teve em sua origem outros inúmeros fatores, tais como a carestia e o desemprego, decorrentes da política econômica posta em prática pelo governo anterior a Campos Sales; a falta de democracia, que levava a população a se manifestar por meio da violência; as obras de modernização da cidade, com a conseqüente demolição de cortiços, desabrigou milhares de pessoas humildes” (p.332).

Levando SEVCENKO (1993) a concluir que quando a revolta irrompe, não tem partido, não tem plataforma, nem objetivos explícitos, é algo improvisado, propaga-se, espalha-se, mas não se liga em um grupo. As revoltas são independentes, não há um chefe geral, nem um plano estabelecido. A revolta não visava poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada, era somente um grito, uma vertigem de horror e indignação.

Atualmente a historiografia caminha sobre análises mais amplas sobre a implementação da vacinação obrigatória e suas múltiplas forças que a explicam em outros pontos do Brasil, como é o caso de Mota e Santos que procuram perceber essas questões relativas à cidade de São Paulo.

5. Considerações Finais

Estudar e ensinar a Revolta da Vacina com suas várias teses, é um método possível e que, além de destacar vários elementos do evento nos trás uma série de signos do tempo. É demonstrar como o conhecimento histórico é desenvolvido e o modo como um mesmo fato é passível de várias interpretações. Achamos possível trabalhar estas várias explicações sobre o evento sem tirar dele seu caráter de “verdadeiro”, sem deixar que se entenda foi um “acontecimento”.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nalson. TODA A HISTÓRIA: HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA DO BRASIL. SP: Editora Ática: 2000.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- BITTENCOURT, Circe. Dicionário de datas da História do Brasil. Ed: Contexto, 2007.
- BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. Ed: Contexto, 2009.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. As Escolas históricas. Euro-América, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. “Cidadãos Ativos: A Revolta da Vacina.” In “Os Bestializados” 3. ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney, Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FIGUEIRÔA, Sylvia. Ciência e Tecnologia. IN: BITTENCOURT, Circe. Dicionário de datas da História do Brasil. Ed: Contexto, 2007.
- Fundação OSWALDO CRUZ. - ALMANAQUE HISTORICO - O MÉDICO DO BRASIL – PROJETO MEMÓRIA 2003. P. 54
- LE GOFF, Jacques. “O fim da cidade ou a cidade sem fim” IN: Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun; trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas). P. 141-153.
- MOTA, André; SANTOS, Marco Antonio Cabral. Por entre algemas e vacinas: medicina, polícia e resistência popular em São Paulo, 1890 – 1920. In: Novos estudos Cebrap, n. 65, 2003.
- PEREIRA, Leonardo. As barricadas da saúde. Ed: Perseu Abramo, 2002.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org). Novos temas nas aulas de história. Ed: Contexto, 2010.
- REIS, José Carlos. A História entre a Filosofia e a Ciência. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina. Ed: Scipione, 1993.